

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE ORALIDADE NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Raquel França Freitas (UENF)

raquelfreitas@hotmail.com

Sonia Maria da Fonseca Souza (UENF)

soniafon1@gmail.com

Eliana Crispim França Luquetti (UENF)

elinafff@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo mostrar a importância da inserção do ensino da oralidade no processo de alfabetização. Sabe-se que a alfabetização é uma etapa importante de aquisição de habilidades de leitura e escrita, em que o aluno sai de um processo com muitas atividades orais para uma fase com mais atividades voltadas para a escrita. Dessa forma, é muito importante que a escola esteja pronta para se adequar a essas mudanças que o aluno sofre. Para isso, os principais autores que fundamentaram a pesquisa foram Soares (2003), Batista (2003) e Mortatti (2006). A linha metodológica do trabalho é de base qualitativa, fundamentada na revisão de literatura. Além disso, valeu-se também de uma análise nos principais documentos oficiais, como a BNCC, PCN e LDB. Parte-se da hipótese que a oralidade é importante para o desenvolvimento do aluno, visto que ela faz parte do seu cotidiano e necessária para a interação em sociedade. Dessa forma, certifica-se que o instrumento em questão pode ser uma importante ferramenta no processo de ensino-aprendizagem, de forma que forme um aluno mais crítico e mais atuante em sua sociedade.

Palavras-chave:

Alfabetização. Ensino. Oralidade.

ABSTRACT

The present work aims to show the importance of inserting orality teaching in the literacy process. It is known that literacy is an important stage of acquiring reading and writing skills, in which the student leaves a process with many oral activities to a phase with more activities focused on writing. Thus, it is very important that the school is ready to adapt to these changes that the student undergoes. For this, the main authors who supported the research were Soares (2003), Batista (2003) and Mortatti (2006). The methodological line of the work is of a qualitative basis, based on the literature review. In addition, it also used an analysis in the main official documents, such as the BNCC, PCN and LDB. It starts from the hypothesis that orality is important for the development of the student, since it is part of their daily lives and necessary for interaction in society. In this way, it is guaranteed that the instrument in question can be an important tool in the teaching-learning process, in a way that it forms a more critical and more active student in his society.

Keywords:

Literacy. Orality. Teaching.

1. Introdução

Cientes de que a alfabetização é um dos processos mais importantes para o ser humano, é necessário que haja um cuidado maior quando for colocada em prática. Ela trata-se de um indivíduo ser capaz de ler e escrever, dentro de suas aptidões. Tendo em vista que a leitura e a escrita são habilidades primordiais para se obter uma boa comunicação dentro de uma sociedade, torna-se importante que a fase seja analisada e ensinada com maior clareza possível. Além disso, uma fase que exige habilidades e competências peculiares. Sendo assim, o presente trabalho está problematizado na seguinte questão: de que modo ocorre o ensino de oralidade no processo de alfabetização?

De tal questionamento, traçou-se o seguinte objetivo geral: demonstrar a importância do ensino sistematizado da oralidade no processo de alfabetização. A partir desse intento, alguns objetivos específicos se tornam relevantes, como: 1) mostrar como se dá o processo de alfabetização atualmente e seus impactos para seu público; 2) tecer considerações acerca da importância da oralidade no âmbito escolar, com enfoque na alfabetização; 3) analisar os documentos oficiais que regem a educação no período de alfabetização, tal como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O presente trabalho tem como linha metodológica uma revisão bibliográfica, de base qualitativa, fundamentada por autores como Soares (2003), Batista (2003) e Mortatti (2000), dentre outros autores citados no *corpus* do trabalho.

O desenvolvimento do trabalho inicia-se com ponderações acerca do processo de alfabetização e seus impactos nos alunos, bem como se dá esse procedimento atualmente. Em seguida, apresentam-se considerações relevantes para enfatizar a importância da oralidade nessa fase em questão. Por fim, discorre-se sobre os documentos oficiais que norteiam a educação no processo de alfabetização.

2. O processo de alfabetização e seus impactos

A escola é um ambiente que recebe diversos tipos de alunos, com suas diversidades, dificuldades e desejos diferentes. Entende-se então, que esse *locus* é heterogêneo, ou seja, a forma como os indivíduos vão adquirir e assimilar suas informações, conseqüentemente também serão diferentes.

Sendo assim, é importante que todas as instituições tenham essa consciência e façam o uso devido de metodologia própria para cada aluno, e isso também vale para a alfabetização. Esse processo pode acontecer em qualquer idade, mas acontece com mais frequência no primeiro ano do Ensino Fundamental 1, quando a criança acaba de sair da Educação Infantil, segmentos esses que lidam com realidades muito distintas, com rupturas bem pertinentes. Mas é importante destacar que o processo de alfabetização, segundo o Ministério da Educação, baseia-se em um ciclo, englobando 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental 1.

A alfabetização “(...) realiza-se quando o aprendiz descobre como o sistema da escrita funciona, isto é, quando aprende a ler.” (CAGLIARI, 1998, p. 33). Ainda segundo o autor, a alfabetização é um dos momentos mais importantes que as pessoas fazem na escola e até mesmo na vida. Pois quando essa habilidade é adquirida, torna-se mais fácil a comunicação. Além de que quando se apropria da leitura e escrita, o indivíduo já está com uma base mais consolidada.

Dessa forma, a alfabetização assume um papel muito importante, pois ela é capaz de colocar o sujeito em sociedade para entender de fato como é o sistema alfabético, como dominar as práticas de escrita e leitura de forma eficiente. Afirmando Paula e Brotto (2011):

Logo, o papel da alfabetização é propiciar a apropriação da leitura e da escrita de modo que os sujeitos ao saírem desse processo compreendam como efetivamente nosso sistema alfabético funciona, isto é, dominando as habilidades de leitura e escrita de forma proficiente. Compreendendo que a função social da linguagem não é o aprendizado da letra “A” como letra solta, ou compondo palavras apenas como significado de algo, ao contrário, seu aprendizado deve possibilitar o entendimento de que a letra “A”, “B” e “C”, ao comporem palavras, produzem sentidos e interpenetram as relações em sociedade. (PAULA; BROTTTO, 2011, p. 3)

Sendo assim, compreende-se que a questão da aprendizagem de leitura e escrita está diretamente ligada na questão sociedade. Pois só é possível haver entendimento dentro da sociedade, se nela houver comunicação, ou seja, um desses mecanismos se dá através da leitura e escrita. Ainda, não adianta compreender as letras meramente como soltas, mas compreender que elas em conjunto formam novos sentidos.

Fazendo um breve levantamento histórico sobre a forma como se deu a alfabetização até chegar a esse padrão que se tem hoje, tem-se que, segundo Mortatti (2006), na década de 50 e 60 o ensino era basicamente voltado para metodologias mistas ou ecléticas, ou seja, a escrita estava inteiramente relacionada à caligrafia e a escrita. Já nos anos 60 e 70,

surgem os livros didáticos, com temas voltados para a união de conteúdos envolvendo Ciências e Estudos Sociais, os textos ganharam um novo formato, para saciar a questão da televisão, que subia rapidamente como preferência da população. Mortatti (2006) salienta que na década de 80 a escrita foi o foco principal da alfabetização, iniciando uma nova proposta de ensino, que é baseada no pensamento construtivista.

Segundo dados fornecidos pelo IBGE (CENSO, 2017), há 11,8 milhões de analfabetos no Brasil. Vale ressaltar que eles consideram analfabetos aqueles que não conseguem produzir um bilhete simples. Sem contar o número elevado de analfabetos funcionais. Além disso, há alfabetizados tecnicamente, que sabem ler e escrever, mas não compreendem bem o que lêem, ou seja, encontram dificuldade para interpretar algum texto e atribuir significado para aquilo que eles leem.

Conforme salienta Geraldi (1996),

Aprender a ler é, assim, ampliar as possibilidades de interlocução com pessoas que jamais encontraremos frente a frente e, por interagirmos com elas, sermos capazes de compreender, criticar e avaliar os seus modos de compreender o mundo, as coisas, as gentes e suas relações. Isto é ler. E escrever é ser capaz de colocar-se na posição daquele que registra suas compreensões para ser lido por outro e, portanto, com eles interagir. (GERALDI, 1996, p. 70)

Desta feita, torna-se claro que a escrita e a leitura são práticas sociais e essenciais no processo de interação, dentre as relações estabelecidas socialmente. Para tal fato, a alfabetização assume um papel muito importante, o de promover a comunicação, o de inserir o indivíduo em corpo social, para que assim, ele seja capaz de interpretar, assimilar, opinar e criticar. No entanto, é importante que essa etapa não seja superficial, que ele seja de fato alfabetizado em sua plena competência.

3. Oralidade e Alfabetização

A alfabetização pode ocorrer em qualquer idade, como foi dito anteriormente. Porém, o foco deste trabalho é averiguar a alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental I. Tendo em vista que essa fase é muito delicada, pois os alunos saem de uma fase com muitas brincadeiras, rodas de conversas, poucas escritas e muitas músicas, é muito importante que não haja um choque de realidade, ao se depararem com um “novo” modelo de ensino. É importante que não ocorra uma ruptura de

metodologia. Assim sendo, trata-se de uma necessidade em que o ensino de oralidade seja contemplado, em suas diversas funções.

Consoante Paula e Brotto (2011),

O trabalho em alfabetização exige o cumprimento das dimensões que constituem a linguagem: a oralidade, a leitura, a escrita/produção textual e a análise linguística. Essas dimensões interpenetram-se nas relações discursivas em sala de aula. Se o ensino da leitura, da escrita, da produção escrita e da análise linguística depende de um ensino organizado e sistematizado, o mesmo ocorre em relação à oralidade. (PAULA; BROTTTO, 2011, p. 4)

Em suma, a oralidade não pode ser descartada nesse sentido, ademais, ela não pode ser vista apenas como uma conversa dentro da sala de aula. É fundamental que haja um sistema, ou seja, um ensino organizado para sua contemplação.

Bem como diz Bakhtin (2004), quando aborda sobre os Gêneros do Discurso, enuncia que as atividades humanas se encontram em distintos campos, mas que todas estão relacionadas ao emprego da linguagem, isto é, as relações sociais só são possíveis através da linguagem, que penetra e organiza os pensamentos.

O ser humano se depara em toda a sua vida com tipos de textos, tanto dentro da escola, como principalmente fora dela; sejam textos escolares, textos jornalísticos, textos oficiais, textos literários, textos pessoais, incluindo textos verbais e não verbais. Como disse Bakhtin (2004), acerca dos gêneros do discurso, que elucida que o ser humano em suas atividades está atrelado a palavras. Segundo o Filósofo Russo,

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2003, p. 262)

Posto isso, verifica-se que os gêneros discursivos fazem parte do cotidiano, pois cada gênero tem sua intenção de comunicação, fazendo com que o indivíduo se comunique, e assim, se estabeleça em sociedade.

Para que haja uma contemplação totalitária desses gêneros, é importante que o mediador da aula desvele a natureza que se fez no gênero, podendo agregar valor representativo para a mesma, que não seja algo isolado e descontextualizado. Além disso, que faça sentido e relevância

para quem faz seu uso. Até porque há locutores que usam vários gêneros discursivos, mas não entende sua proposta, não sabe que o faz.

Sob esse viés, entende-se que a oralidade é uma manifestação da linguagem, usada pelo indivíduo com a intenção de interação em sociedade. Porém, segundo Bakhtin, na outra é o diálogo que se revela como a forma mais significativa,

[...] o diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004, p. 123)

Por essa razão torna-se evidente a importância do trabalho envolvendo a oralidade, pois ela é o suporte para desenvolver práticas de escrita e leitura. Afinal, ela é capaz de simbolizar a linguagem ativa, que se movimenta, capaz de relacionar-se com todos os tipos de ligações sociais. Por conseguinte, a forma como será abordada a dependerá de como o ensino de língua é feito dentro do contexto escolar.

Consoante Smolka (1996),

Como, então, dentro da escola, a criança pode ocupar os espaços de leitora e escritora? Primeiro, ou concomitantemente, ela precisa ocupar o espaço como protagonista, interlocutora, como alguém que fala e assume o seu dizer. (SMOLKA, 1996, p. 93)

Desta feita, entende-se que a criança só é capaz de ocupar o papel de leitora e escritora, se antes houver seu espaço em destaque, ou seja, que consegue entender a função dessas habilidades para sua vivência de mundo fora do *locus* escolar, que entende o que fala e entende o que lê. E para tal fato, colocar a oralidade no seu devido lugar, como eixo norteador de outras atividades.

O autor Goodman (1987) diz que as duas formas de linguagem, oral e escrita, dispõem da mesma gramática pressuposta e fazem seu uso pela mesma ideia, porém, o que a diferenciam são suas situações de uso. Por exemplo, a língua oral é mais corriqueira em situações comunicativas mais imediatas, enquanto a língua escrita é para se comunicar mediante ao tempo e espaço. O autor ainda salienta que falar e escrever são processos produtivos e ler e escutar são receptivos, mas os dois são providos de significados.

Ainda na perspectiva da importância da oralidade na alfabetização, Golbert (1998) explica que se a alfabetização é um auxílio para a criança se mover da linguagem oral para a escrita, então é necessário que haja conhecimento dos mecanismos que adquirem a oralidade, pois assim poderão ser elucidativos ao adquirirem o domínio da escrita.

Dessa forma, é possível compreender a importância da oralidade no âmbito escolar no período em que ocorre o processo de alfabetização, pois é muito pertinente que ainda é uma fase de muitas descobertas e seria importante adequar o ensino à realidade dos educandos, ou seja, uma realidade voltada também para a língua oral.

4. O ensino de oralidade à luz dos documentos oficiais

No Brasil, atualmente pode-se contar com alguns documentos que são recomendados no âmbito escola, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e Leis de Diretrizes e Bases do Ensino Nacional (LDBEN), dentre outros. Vale salientar que os PCN não são regras a serem seguidas, mas sim guias para uma educação mais homogênea por todo o país. O PCN é um acervo de documentos que constituem a grade curricular de uma corporação com fins educativos. Esse utensílio foi criado com o objetivo de auxiliar o docente em seu trabalho, orientando as tarefas efetuadas na sala de aula. É importante ressaltar que cada entidade deve ter o seu “Projeto Político Pedagógico”, adequando-se a sua realidade.

Outro documento a ser analisado, é a LDBEN. Esse é a lei brasileira que diz respeito à educação, ratificada em dezembro de 1996, com o número 9394/96. Ela tem com objetivo garantir que todo aluno tenha acesso à educação, prescrever os deveres do Governo Federal, Estados e Municípios responsáveis pela educação, além de designar as funções das instituições de ensino e dos especialistas da educação.

Diante desses conceitos, é notória a importância desses documentos na área da educação. Dentre as orientações descritas, há recomendações para se valer do uso da oralidade no processo de alfabetização. Como por exemplo, o PCN enfatiza e destaca a língua oral, dentro da análise e reflexão sobre a língua, sendo ela um dos eixos básicos para a formação do aluno. O documento ainda enfatiza que não é papel da escolar ensinar o aluno a falar, isso deve ser algo trazido com ele já, e indaga que talvez seja por isso que a escola não tenha contemplado inteiramente seu

uso, e quando faz, ocorre de maneira errada, como por exemplo, corrigir uma fala “errada” do aluno. Analisando ainda, que por isso surgem os preconceitos linguísticos.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p. 32) há muitas maneiras de contemplar a oralidade no âmbito educacional, como:

- atividades em grupo que envolvam o planejamento e realização de pesquisas e requeiram a definição de temas, a tomada de decisões sobre encaminhamentos, a divisão de tarefas, a apresentação de resultados;

- atividades de resolução de problemas que exijam estimativa de resultados possíveis, verbalização, comparação e confronto de procedimentos empregados;

- atividades de produção oral de planejamento de um texto, de elaboração propriamente e de análise de sua qualidade;

- atividades dos mais variados tipos, mas que tenham sempre sentido de comunicação de fato: exposição oral, sobre temas estudados apenas por quem expõe; descrição do funcionamento de aparelhos e equipamentos em situações onde isso se faça necessário; narração de acontecimentos e fatos conhecidos apenas por quem narra, etc. Esse tipo de tarefa requer preparação prévia, considerando o nível de conhecimento do interlocutor e, se feita em grupo, a coordenação da fala própria com a dos colegas – dois procedimentos complexos que raramente se aprendem sem ajuda.

Após essas sugestões, torna-se claro que há caminhos para se trabalhar a oralidade na escola, tendo em vista que é algo naturalizado pelo aluno, sendo mais um motivo positivo para sua realização.

Consoante ao PCN (1998, p. 27), “é comum pensar em Língua Portuguesa como se fosse um foguete de dois estágios”, como um primeiro que deve se desconectar da Terra, enquanto o outro para se locomover no espaço. O primeiro é a alfabetização e o segundo é o estudo da língua. Ou seja, a alfabetização é o pontapé inicial, que faz com que o indivíduo se aproprie de sua língua materna. Conforme o documento citado, há alguns gêneros relevantes para se trabalhar a oralidade, como:

- Contos (de fadas, de assombração, etc.), mitos e lendas populares;

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- poemas, canções, quadrinhas, parlendas, adivinhas, trava-línguas, piadas;
- saudações, instruções, relatos;
- entrevistas, notícias, anúncios (via rádio e televisão).

Ainda no ponto de vista dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p. 73), recomenda-se a língua oral, dentro de seus usos e formas, as seguintes propostas, recomendada no bloco de conteúdos:

- Participação em situações de intercâmbio oral que requeiram: ouvir com atenção, intervir sem sair do assunto tratado, formular e responder perguntas, explicar e ouvir explicações, manifestar e acolher opiniões, adequar as colocações às intervenções precedentes, propor temas.

- Manifestação de experiências, sentimentos, idéias e opiniões de forma clara e ordenada.

- Narração de fatos considerando a temporalidade e a causalidade.

- Narração de histórias conhecidas, buscando aproximação às características discursivas do texto-fonte.

- Descrição (dentro de uma narração ou de uma exposição) de personagens, cenários e objetos.

- Exposição oral com ajuda do professor, usando suporte escrito, quando for o caso.

- Adequação do discurso ao nível de conhecimento prévio de quem ouve (com ajuda).

- Adequação da linguagem às situações comunicativas mais formais que acontecem na escola (com ajuda).

Sendo assim, pode-se constatar que os documentos são pertinentes no assunto oralidade na escola, e isso não difere dentro do processo de alfabetização. Além de recomendar, o documento aponta alternativas de uso.

A Base Nacional Curricular (BNCC) é um documento que foi disponibilizado ao público em 2016, cujo objetivo é oportunizar o redesenho curricular da Educação Básica. Tendo como pilar as Diretrizes Curriculares Nacionais, o documento deve contemplar a intertextualidade

entre os outros elementos curriculares e o direito à aprendizagem, bem como ao progresso do aluno.

Consoante a BNCC (2016), ao planejar sua aula, é interessante que o professor leve em consideração, “(...) as tradições orais e seus gêneros, considerando-se as práticas sociais em que tais textos surgem e se perpetuam, bem como os sentidos que geram” (BRASIL, 2016, p. 94). Assim, é papel do educador promover o contato com os novos gêneros, possibilitando-lhes que eles reflitam acerca de como essas duas modalidades são articuladas, “(...) as semelhanças e as diferenças entre o modo de falar e de registrar o escrito e os aspectos sociodiscursivos, composicionais e linguísticos” (BRASIL, 2016, p. 94).

Mais uma vez, deparamo-nos com a proposta de um ensino sistematizado e planejado, isso é, que a oralidade não seja trabalhada apenas no sentido de que o aluno fale livremente, sem um encaminhamento. Portanto, é imprescindível que as práticas envolvidas sejam organizadas a ponto que o aluno aprenda a monitorizar sua fala e compreenda que é necessário promover uma adequação da mesma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. M. (VOLOCHINOV). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20.12.69, Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, in *Diário da União*, ano CXXXIV, n. 248, 23.12.96.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Curricular Comum, <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>, 2016. Acesso em: 08 de novembro de 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Língua portuguesa / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>. Acesso em: 25 de outubro de 2020.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetizando sem o ba-bé-bi-bó-bu*. São Paulo: Scipione, 1998.

CENSO 2017. Disponível em: www.ibge.gov.br/censo/. Acesso em: 25 de outubro de 2020.

GOLBERT, Clarissa S. *A evolução psicolinguística e suas implicações na alfabetização: teoria-avaliação-reflexões*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

GOODMAN, Kenneth S. O processo de leitura: considerações a respeito das línguas e do desenvolvimento. In: FERREIRO, Emília; PALACIO, M. Gomes (Cord.). *Os processos de leitura e escrita: novas perspectivas*. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987. p. 11-22

MORTATTI, Maria Rosário Longo. *História dos Métodos de Alfabetização no Brasil*. 2006. Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf. Acesso em: 25 de outubro de 2020.

PAULA, Carla Ramos. BROTTTO, Ivete Janice de Oliveira. *O ensino da oralidade em alfabetização: a possibilidade de uma postura política no ensino da língua*. 2011.

SMOLKA, M. L. B. *A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1996.